

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA EM PROCEDIMENTOS SANCIONATÓRIOS REGULATÓRIOS (André Saddy e Rodrigo Azevedo Greco) 109

OS CONTRATOS ASSOCIATIVOS NO ÂMBITO DOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO (Alex Serpa Saba de Mattos) 136

A EXIGÊNCIA DE GARANTIA PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E A NECESSIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO AO LONGO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (Gina Copola) 151

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO: ATO PASSÍVEL DE RESPONSABILIZAÇÃO POR ESTAR SITUADO NO ÂMBITO DO PODER DE CONTROLE HIERÁRQUICO (Sérgio Honorato dos Santos) 154

QUESTÕES PRÁTICAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO – Membros, incluindo o presidente – Exercício de mandato – Duração máxima – Recondução da totalidade dos membros da comissão – Vedação expressa no § 4º do art. 51 da Lei nº 8.666/1993 – Recondução admitida por uma única vez 161

SANÇÃO ADMINISTRATIVA – Processo administrativo punitivo finalizado – Aplicação da penalidade de multa ao contratado – Publicação do resultado na imprensa oficial – Observância do princípio da publicidade 162

BEM IMÓVEL – Alienação gratuita e concessão de direito real de uso – Art. 17, inc. I, al. f, da Lei de Licitações – Legalidade condicionada ao preenchimento dos requisitos legais – Autorização legislativa, avaliação prévia e interesse público devidamente justificados 163

LICITAÇÃO FRACASSADA – Licitação deserta – Distinção – Declaração de arquivamento pela mesma autoridade responsável pelos atos de revogação ou anulação dos certames – Publicação na imprensa oficial – Repetição da licitação – Instauração de novo processo administrativo, com nova numeração – Aproveitamento (desentranhamento) das peças necessárias para instruir novo processo – Hipóteses de contratação direta 163

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – Comprovação da capacidade técnico-operacional – Apresentação de atestado – Experiência anterior que não necessita ser idêntica ao objeto licitado, podendo a idoneidade da licitante ser evidenciada pela prestação de serviços similares 165

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

CRIME LICITATÓRIO – Ex-Prefeito Municipal – Dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei – Art. 89, *caput*, da Lei nº 8.666/1993 – Não caracterização – “Termo de concessão de uso de bem público” em favor de particular firmado pelo então Alcaide – Improriedade técnica do documento – Mero assentimento da Urbe na extração de minerais por particular em área pertencente à Comuna – Requisito específico para a obtenção de licença para exploração mineral, do solo, nos termos da portaria do DNPM – Desnecessidade da realização de procedimento licitatório – Inexistência, ademais, de dolo na conduta – Fato atípico – Ação penal improcedente (STF) 167

TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – Serviço de táxi – Licitação – Requisito do tempo de serviço como condutor auxiliar – Comprovação do exercício da função, desde 2001, por atestado emitido pelo sindicato competente – Previsão editalícia da prevalência do cadastro na entidade gestora do certame – Licitante cadastrado nesta última somente em 2009 – Redução da pontuação – Ausência de razoabilidade – Princípio não absoluto da vinculação ao instrumento convocatório – Interesse público em avaliar a melhor proposta e selecionar o candidato mais qualificado à prestação do serviço – Validade da declaração do sindicato (TJCE) 177

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – Concessionária de serviço público de energia elétrica – Contrato de patrocínio – Campeonato automobilístico – Divulgação da logomarca da empresa – Contratação direta – Ausência de ilegalidade e lesividade – Não submissão a procedimento licitatório devido ao caráter institucional e à própria natureza da avença – Hipótese na qual houve mera improriedade do fundamento utilizado de “ato gratuito razoável”, instituto disciplinado na Lei das S.A. (TJDFT) 183

MULTA – Contrato administrativo – Obra pública – Atraso na execução da avença – Ausência de culpa da contratada – Indisponibilidade de mão de obra e irregularidade na entrega de cimento por parte das indústrias e fornecedores – Descabimento da aplicação de penalidade – Ausência de razoabilidade e de proporcionalidade (TJGO) 190

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Desfile das escolas de samba do grupo especial – Administração, organização, promoção e completa realização do evento por entidade civil – Festividade que engloba atividades culturais e econômicas – Objetos distintos – Regime de contratação que deve ser diferenciado – Ausência de inviabilidade de competição na contratação de empresa para gestão da festa – Nulidade da avença – Ressarcimento da verba auferida pela venda de ingressos – Ausência de enriquecimento ilícito do Município – Contratada que se valeu de outras fontes de rendimentos, a exemplo do direito de transmissão para emis-

soras de televisão, o direito de exploração comercial de venda de produtos e serviços dentro do Sambódromo e da publicidade de diversas marcas (TJRJ) 197

PREGÃO PRESENCIAL – Transporte de alunos da rede pública – Qualificação técnica – Cláusula editalícia – Exigência da apresentação de certificado de propriedade em nome do proponente de pelo menos 1/3 dos veículos destinados ao atendimento de cada lote do objeto licitado – Ilegalidade, nos termos do art. 30, inc. II, § 6º, da Lei nº 8.666/1993 – Concessão de prazo pela Administração para a apresentação de certidão negativa de “falências e concordatas” à empresa inabilitada, com base no art. 43, § 1º, da LC nº 123/2006 – Não cabimento – Dispositivo que trata de regularidade fiscal e não sobre qualificação econômico-financeira – Responsabilização do Prefeito Municipal, do pregoeiro e do assessor jurídico – Aplicação de multa administrativa – Caracterização da teoria da infração continuada (TCPR) 205